

ANBIMA lidera mapeamento das iniciativas de Educação Financeira no Brasil

Organizações devem cadastrar seus projetos até 19 de abril por meio de formulário online. Estudo será divulgado ao mercado ainda neste ano

Iniciamos um mapeamento para identificar o **ecossistema da Educação Financeira no Brasil**. Até o dia 19 de abril, organizações e pessoas que desenvolvam projetos na área, deverão cadastrá-los, por meio de formulário online. O resultado será divulgado a todo o mercado ainda neste ano. A iniciativa tem a parceria da **CVM** e da **B3** e integra a agenda estruturante do **ANBIMA em Ação**, conjunto de atividades que elegemos como prioritárias para o biênio 2023/2024.

O mapeamento indicará os aspectos gerais dos projetos realizados pelo país, tais como abrangência, objetivos, formatos, alcance, perfis dos públicos assistidos, tipos de ofertas (ações gratuitas, pagas, com ou sem finalidade comercial), eixos de atuação e conteúdo, entre outros. Além de ampliar a visibilidade das iniciativas, o estudo será também uma ferramenta para o planejamento de estratégias nacionais em educação financeira.

A realização do levantamento conta com o apoio da Plano CDE, empresa que já realizou outras duas edições do trabalho, em 2013 e 2018. O cadastro das iniciativas pode ser feito [neste link](#) (é importante que o formulário seja totalmente preenchido).

Conheça o ANBIMA em Ação

O **Mapa das Iniciativas de Educação Financeira no Brasil** faz parte do ANBIMA em Ação, conjunto das principais atividades da Associação para 2023 e 2024. Esse planejamento estratégico foi elaborado a partir de uma ampla consulta aos nossos associados, instituições parceiras, reguladores e lideranças da ANBIMA. [Confira aqui as nossas quatro grandes agendas de trabalho](#): Centralidade do Investidor, Desenvolvimento de Mercado, Agenda de Serviços e Agenda Estruturante.

Mercado de carbono: resposta à consulta da Iosco mostra como o Brasil tem se organizado para fomentar o segmento

Ofício enviado pela ANBIMA também focou em clareza do texto

Na última sexta-feira (1), respondemos a **Consulta Pública 06/23** da **Iosco** (Organização Internacional de Valores Mobiliários) que sugeriu boas práticas para o **mercado de carbono voluntário** internacional. Nossa participação teve dois objetivos: mostrar a realidade econômica brasileira e trazer mais clareza para o texto proposto pela entidade.

Em nossa resposta, tratamos de três grandes temas de interesse para a discussão local. Um deles é a **natureza jurídica**, ou seja, o conceito do que é um **crédito de carbono**. Outro foram esclarecimentos de como funciona a ligação entre o crédito de carbono voluntário e o **Acordo de Paris**, que definiu os compromissos dos países no combate às mudanças climáticas. Por fim, foi tratada a **governança**, em que complementamos a sugestão da Iosco de novo critério para as exigências de tratamento de riscos das instituições financeiras: o de proporcionalidade, que considera o tamanho do risco e os potenciais impactos sistêmicos ao mercado.

Além disso, 18 perguntas buscaram entender como as instituições se organizam para garantir o funcionamento desse mercado. Na resposta, mostramos como o país tem se movimentado rumo a um mercado de carbono regulado e como a ANBIMA tem contribuído com essas discussões, principalmente no quesito crédito de carbono.

O ofício foi discutido e aprovado em nosso Grupo de Trabalho de Mercado de Carbono, que reúne representantes de diversos segmentos, e em nosso Fórum de Negociação, com cerca de 18 participantes.

A consulta, que ficou aberta durante três meses, contou com a participação de associações do mercado financeiro do mundo todo.

Fonte: [Anbima](#), em 06.03.2024.